

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ESTUDO NOS PROJETOS DOS CENTROS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO INEP (1956-1973)¹

Márcia dos Santos Ferreira

msf@ufmt.br

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Agência Financiadora: CNPq

RESUMO:

O Centro Brasileiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais foram criados no interior da estrutura do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) na segunda metade dos anos cinquenta. A finalidade principal destes Centros era realizar pesquisas cujos resultados pudessem ser utilizados na elaboração de novas políticas educacionais capazes de tornar a educação escolarizada, efetivamente, um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico e social do país. Neste trabalho, discuto algumas características dos projetos de pesquisa voltados ao estudo de um tema relacionado à organização do trabalho didático – os métodos de ensino e recursos didáticos – que foram promovidos pelos Centros do INEP entre as décadas de 1950 e 1970. Destaco as principais questões que foram por eles problematizadas e suas variações ao longo do tempo, relacionando-as com as principais modificações na política educacional que foram sendo introduzidas pelo governo federal durante o período em estudo.

Palavras-chave: Pesquisa educacional, política educacional, trabalho didático

THE DIDACTIC WORK ORGANIZATION AS A SUBJECT OF STUDY IN THE PROJECTS DEVELOPED BY THE CENTERS FOR EDUCATIONAL RESEARCH OF THE INEP (1956-1973)

ABSTRACT:

The Brazilian Center for Educational Research and the Regional Centers for Educational Research were created inside the structure of the National Institute for Pedagogical Studies (INEP) in the mid-fifties. The main objective of these Centers was to produce research whose results could be used in the elaboration of new educational policies capable of rendering school education an effective factor in fostering the economic and social development in Brazil. In this paper, I discuss some characteristics of the research projects aimed at studying a subject directly related to the didactic work organization – the teaching methodology and didactic resources – which were proposed by the Centers of the INEP from their creation to the early seventies. Starting from the identification of the most important questions discussed in these research projects, I present their modifications through time and their connections with some of the educational policies promoted by the federal government along the period.

Key-words: Educational research, educational policy, didactic work

1. Introdução

Criados, na segunda metade dos anos cinquenta, com a finalidade de elaborar estudos científicos cujos resultados servissem de subsídios às tomadas de decisões políticas na área educacional, os Centros de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) são geralmente lembrados como instituições que, entre meados dos anos cinquenta e o início da década seguinte, promoveram a realização de diversos projetos de pesquisa que utilizavam os recursos teóricos e metodológicos das *ciências sociais* para realizar análises e elaborar interpretações acerca da educação brasileira e suas relações com os processos de mudança social, política e econômica que estavam ocorrendo, em diferentes ritmos, nas diversas regiões do país àquela época.

Através destas pesquisas de cunho marcadamente sociológico e antropológico, que eram geralmente elaboradas pelas *Divisões de Estudos e Pesquisas Sociais* existentes nos Centros do INEP, estas instituições colaboraram para a elaboração de uma interpretação dos problemas educacionais que os entendia como sendo *problemas sociais*, ou seja, como manifestações parciais, consideradas no âmbito escolar, de uma situação mais ampla de subdesenvolvimento econômico e de pobreza de grande parte da população brasileira. Através deste tipo de interpretação, os projetos desenvolvidos nos primeiros anos de funcionamento dos Centros de Pesquisas do INEP chamavam atenção para questões até então pouco discutidas no campo educacional brasileiro e internacional: as *determinações extra-escolares* que interferiam na definição das finalidades da educação escolarizada e, conseqüentemente, na organização e no funcionamento dos sistemas de ensino e no trabalho didático desenvolvido nas escolas que os compunham.

Num contexto social fortemente marcado pelos processos de urbanização e de industrialização – como o existente em diversos pontos do Brasil nos anos cinquenta – este tipo de interpretação mostrava-se capaz de explicar, por exemplo, as novas demandas educacionais que estavam surgindo nos centros urbanos e os problemas de adaptação enfrentados pelos alunos oriundos de meios rurais ou economicamente desprivilegiados, apontando para as necessidades de universalização do acesso à escola primária e de democratização do ensino, tendo em vista o objetivo de tornar a educação escolarizada um *fator social construtivo* (Fernandes, 1976) nos processos de desenvolvimento econômico e social que estavam em curso no país.

Um aspecto menos enfatizado em relação à produção de pesquisas educacionais pelos Centros do INEP é que, durante todo o seu período de funcionamento – que se estendeu até o início dos anos setenta –, estas instituições também realizaram pesquisas voltadas à análise e interpretação de *aspectos internos ao funcionamento da escola*, elaboradas, sobretudo, pelas *Divisões de Estudos e Pesquisas Educacionais* e pelas *Divisões de Aperfeiçoamento do Magistério* que existiam em cada uma das suas unidades. Tais pesquisas, considerando ou não os resultados das pesquisas sociológicas e antropológicas realizadas, voltavam-se, por exemplo, à análise de questões relativas à elaboração de currículos e de instrumentos de avaliação, à organização dos sistemas escolares, à formação de professores, assim como aos métodos de ensino e recursos didáticos que estavam sendo empregados ou adotados experimentalmente nas escolas localizadas nos estados em que aqueles órgãos de pesquisa funcionavam.

O trabalho de identificação e análise dos projetos de pesquisas promovidos pelos Centros de Pesquisas do INEP – realizado durante a elaboração de minha tese de doutorado (Ferreira, 2006) – permitiu a percepção de que, se por um lado, as pesquisas de *cunho sociológico e antropológico* ficaram circunscritas quase exclusivamente ao que pode ser considerado como o período inicial de funcionamento dos Centros – transcorrido entre

1956 e 1961 –, por outro lado, as pesquisas voltadas ao estudo de *aspectos internos ao funcionamento escolar* foram realizadas ao longo de todos os anos em que aquelas instituições desenvolveram suas atividades, apresentando, com o passar do tempo, alterações significativas nas questões problematizadas e nas estratégias utilizadas para a sua interpretação.

O propósito deste trabalho é apresentar uma discussão sobre a forma como um dos temas abordados pelas pesquisas voltadas ao estudo dos *aspectos internos ao funcionamento escolar* – o tema “métodos de ensino e recursos didáticos” – foi sendo tratado nos projetos de pesquisa promovidos pelos Centros do INEP ao longo do tempo, relacionando as mudanças observadas às transformações na *concepção de ensino* mais prestigiada nos meios educacionais brasileiros entre meados dos anos cinquenta e início da década de setenta, seja pelos intelectuais que atuavam neste campo, seja pelos setores governamentais responsáveis pela definição das políticas públicas para a educação.

2. O processo de criação dos Centros de Pesquisas do INEP e os propósitos que o orientaram

A criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), localizado no Rio de Janeiro, e de cinco Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), nas capitais dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, pode ser compreendida como uma das expressões da insatisfação existente entre alguns representantes dos meios educacionais brasileiros com a política de expansão do ensino – sobretudo do ensino primário – que vinha sendo promovida pelo governo federal desde o Estado Novo.

Anísio Teixeira era um dos principais críticos de tal política e em seu discurso de posse no cargo de diretor do INEP, pronunciado em 1952, defendeu não apenas a idéia de *descentralização* administrativa da educação (Teixeira, 1952, p. 77) como também a necessidade de *reorientação* dos sistemas de ensino e de *revisão* dos métodos neles empregados, de forma a adaptá-los às exigências colocadas pela sociedade urbano-industrial em surgimento no país. Para o novo diretor do INEP, a simples expansão do sistema de ensino existente, ao invés de colaborar para a solução dos problemas educacionais brasileiros, contribuía para agravá-los:

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com seu rol de conseqüências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira. (...) Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos. (...) Hoje, no atropelado do crescimento brasileiro e no despreparo com que fomos colhidos pelas mudanças, a própria escola constitui um mau exemplo e se faz um dos centros de nossa instabilidade e confusão. (Teixeira, 1952, p. 70-71)

Segundo Anísio Teixeira, a solução para os problemas da educação no Brasil não era a expansão de um sistema de ensino anacrônico, mas sua *reconstrução* em novas bases, orientadas pelos resultados de pesquisas científicas sobre a educação:

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino. (...) Este trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante e preliminar do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão dos seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino. (Teixeira, 1952, p. 76-78)

Neste programa de reforma do ensino proposto por Anísio Teixeira, portanto, o INEP – enquanto órgão oficial de pesquisas educacionais do governo federal – teria a responsabilidade de elaborar e promover a divulgação de conhecimentos sobre a realidade social e educacional brasileira que servissem de subsídios para a tomada de decisões acerca dos novos rumos que deveriam orientar as decisões sobre política educacional no país.

Alguns anos mais tarde, quando conseguiu – com o apoio da UNESCO e de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros – colocar os Centros de Pesquisas Educacionais em funcionamento, Anísio Teixeira caracterizou mais precisamente a pesquisa educacional que buscava promover através destas novas instituições:

Os nossos Centros de Pesquisa Educacional se organizam, assim, num momento de revisão e tomada de consciência dos progressos do tratamento científico da função educativa e, por isto mesmo, têm certa originalidade. Pela primeira vez, busca-se aproximar uns dos outros os trabalhadores das ciências especiais, fontes de uma possível “ciência” da educação e os trabalhadores da educação, ou seja, os dessa possível “ciência” aplicada da educação. Esta aproximação visa, antes de tudo, levar o cientista especial, o psicólogo, o antropólogo, o sociólogo, a buscar no campo da “prática escolar” os seus problemas. (Teixeira, 1957, p. 16-17)

Com esta proposta de aproximação de cientistas sociais e psicólogos em relação à temática educacional, através da atuação dos Centros de Pesquisas Educacionais, Anísio Teixeira procurava, a partir da segunda metade dos anos cinquenta, promover a realização de pesquisas no campo das chamadas “ciências-fonte” da educação – a antropologia, a sociologia e a psicologia – de forma que os seus resultados pudessem ser utilizados pelos educadores como “instrumentos intelectuais” na elaboração de novas técnicas, processos e métodos de operação.

Nas diretrizes de trabalho definidas para o funcionamento dos Centros, esta idéia de que as *pesquisas em ciências sociais* deveriam informar as *pesquisas educacionais* acerca do processo de desenvolvimento e de seus problemas foi enfatizada:

A pesquisa educacional deve ser explorada de maneira que permita o aproveitamento regular dos resultados das pesquisas em ciências sociais, sempre tendo em vista as possibilidades de ajustar o sistema educacional às condições de existência e às exigências de desenvolvimento econômico, social e cultural das diversas regiões do país. (...) Os resultados da pesquisa em ciências sociais e da pesquisa educacional servirão para elaborar os fundamentos da política educacional, ou de orientação para reformas específicas, ou programas restritos de alteração do sistema educacional (CBPE, 1956, p. 52).

Essa divisão estabelecida entre a pesquisa em ciências sociais e a pesquisa educacional sugere uma *complementaridade* entre estes dois “tipos” de pesquisas. Enquanto as pesquisas em ciências sociais aplicadas à temática educacional deveriam investigar as *mudanças* em curso na sociedade brasileira – considerando a diversidade regional existente – e suas relações com a educação escolarizada, as pesquisas educacionais deveriam estudar os *aspectos internos ao funcionamento escolar* – como a organização dos sistemas escolares, seus currículos e métodos – tendo em vista a implementação de reformas que promovessem o ajuste do sistema educacional àquelas novas condições de existência que estavam surgindo na sociedade brasileira e que, por sua vez, eram alvo de interpretações por parte dos cientistas sociais. Pesquisadores em ciências sociais e em educação contribuiriam, cada qual em sua especialidade, para elaborar conhecimentos capazes de colaborar na promoção de uma transformação na educação escolarizada, de forma a adaptá-la às necessidades que se colocavam pelo processo de construção de uma sociedade urbano-industrial no país e convertê-la em um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico e social brasileiro.

As diretrizes de trabalho dos Centros também sugeriam que cada uma de suas unidades se organizasse internamente em “divisões” de trabalho: uma destinada à realização de pesquisas em ciências sociais, a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS); outra voltada especificamente aos estudos pedagógicos, a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE); e, ainda, uma Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM), cujo propósito principal seria o oferecimento de cursos para professores e administradores escolares.

3. Uma caracterização dos projetos de pesquisa em ciências sociais promovidos pelos Centros de Pesquisas Educacionais do INEP

Dois grandes programas de pesquisa promovidos pelo CBPE, entre 1958 e 1961, que contaram com a participação de pesquisadores de diversos estados brasileiros, podem ser utilizados para caracterizar alguns dos principais aspectos da pesquisa em ciências sociais que estava sendo promovida pelo INEP naquele momento e, conseqüentemente, da concepção de ensino que a orientava.

Um deles foi o “Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório”, coordenado pelo antropólogo Darcy Ribeiro e vinculado à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), do Departamento Nacional de Educação do MEC. Seu objetivo era realizar “um verdadeiro balanço das condições de vida e dos problemas de desenvolvimento cultural e tecnológico do interior do país” (Ribeiro, 1958, p. 19), cujos resultados deveriam, por um lado, fornecer informações à Coordenação Geral da CNEA para que esta orientasse suas ações educacionais segundo as necessidades de cada uma das regiões por ela atendidas e, por outro lado, gerar subsídios para as administrações locais das cidades atendidas tomarem decisões acerca dos demais problemas que, além dos educacionais, afetavam a região (CBPE, 1958).

O “Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório” promoveu o desenvolvimento de projetos nas cidades de Leopoldina e Cataguases, no estado de Minas Gerais; em Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul; em Timbaúba, Pernambuco; em Catalão, Goiás; em Santarém e Itaituba, no Pará; e, em Ibirama, no estado de Santa Catarina.

Estes projetos apresentaram como ponto em comum a preocupação em considerar a educação escolarizada como um elemento de análise na interpretação dos processos de transformação social, política e econômica que estavam ocorrendo em *pequenas*

localidades no interior do país, procedimento que, até então, era pouco utilizado nos chamados “estudos de comunidade” que se realizavam no Brasil (Gomes, 1956, p. 64).

O segundo grande programa de pesquisas desenvolvido pelo CBPE, entre 1958 e 1961, foi chamado de “Programa de Pesquisas sobre os Processos de Urbanização e Industrialização no Brasil e seus Efeitos sobre a Educação e a Sociedade”. Coordenado por Darcy Ribeiro, com a colaboração dos sociólogos Oracy Nogueira e Bertram Hutchinson, este programa contou com 21 projetos elaborados por pesquisadores provenientes, sobretudo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) e, em menor número, da própria Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE (DEPS/CBPE), do CRPE de São Paulo, da UNESCO, do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) e de outras universidades, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e a Universidade do Brasil (UB).

Uma característica em comum nos projetos que integraram este programa foi a preocupação com o estudo de diversos aspectos relacionados aos processos de urbanização e industrialização e suas conseqüências para o mundo do trabalho. Abordando os problemas de integração social e ocupacional do imigrante estrangeiro, do migrante das áreas rurais e da mulher em uma sociedade em acelerado processo de mudança para o tipo urbano-industrial, estes projetos colaboravam para a discussão do papel exercido pela educação escolarizada na adaptação das pessoas a um modo de vida distinto daquele que serviu de base, inclusive, à própria elaboração dos padrões de organização das instituições escolares que estavam em funcionamento no Brasil em meados dos anos cinquenta.

Cabe destacar, como exemplos, os trabalhos “A criança favelada e a escola pública”, de Josildeth Gomes (1959), e “O professor primário metropolitano”, de Luiz Pereira (1963).

Em sua pesquisa para o programa “Urbanização e Industrialização”, a socióloga Josildeth Gomes (da DEPS/CBPE) investigou os problemas de ajustamento à escola das crianças provenientes de famílias pobres, migrantes de zonas rurais, residentes em favelas e, em sua maioria, negras, identificando nos altos índices de repetência e evasão encontrados entre esses alunos o caráter de classe da educação escolarizada, muito distinto da visão até então existente da escola como um instrumento de democratização e de disseminação do conhecimento necessário para a vida numa sociedade urbano-industrial.

O sociólogo Luiz Pereira (da DEPS/CRPE-SP), por sua vez, desenvolveu uma análise sociológica do magistério primário público estadual do município de São Paulo, na qual esta profissão foi abordada como uma das categorias ocupacionais por meio das quais se processava a participação das mulheres oriundas das classes médias na população economicamente ativa. Analisando os valores e as atitudes presentes na formação do normalista e na carreira do magistério, Luiz Pereira colaborou para desmistificar a figura dos “missionários do ensino”, apresentando os professores primários como profissionais geralmente mal remunerados, que enfrentavam os desafios da subsistência em uma sociedade urbano-industrial.

Os projetos que integraram estes dois programas de pesquisas voltaram-se, portanto, para a análise e interpretação das relações que se estabeleciam, naquele momento, entre o ensino escolar e o meio social em mudança no qual ela se processava. Propondo-se a estudar os problemas relativos à educação escolarizada e às mudanças sociais que estavam ocorrendo em pequenas comunidades do interior do país – como no “Programa de pesquisas em cidades-laboratório” – ou propondo-se a investigar estes mesmos problemas nos centros urbanos – como no programa “Urbanização e industrialização e seus efeitos sobre a educação e a sociedade” –, os projetos de pesquisa

elaborados nos Centros, até o início da década de 1960, extrapolavam a perspectiva da administração das questões relativas aos aspectos internos ao funcionamento escolar, orientando-se para a discussão das transformações que precisariam ser introduzidas nos diversos níveis de ensino de forma que a escola se convertesse em um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, respeitando a diversidade regional existente no país.

4. Os projetos de pesquisa sobre “métodos de ensino e recursos didáticos” promovidas pelos Centros do INEP e suas modificações ao longo do tempo

Os “métodos de ensino e recursos didáticos” – intimamente relacionados à questão da organização do trabalho didático – foram tomados como objeto de estudo em projetos promovidos pelos Centros do INEP em todo o seu período de funcionamento e reuniram uma quantidade significativa de projetos promovidos por estas instituições, sendo um dos temas mais estudados entre as pesquisas sobre *aspectos internos do funcionamento escolar*.²

Apresento, a seguir, algumas das principais características identificadas nos projetos de pesquisa elaborados por cada um dos Centros do INEP a respeito deste tema, procurando destacar as modificações que eles foram apresentando ao longo do tempo, seja em relação às questões problematizadas, seja em relação à perspectiva adotada para sua análise.

4.1. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)

Entre os projetos de pesquisas propostos no CBPE é possível identificar claramente dois momentos distintos na abordagem de questões relativas aos métodos de ensino e recursos didáticos: aquele que engloba projetos propostos entre 1956 e 1959; e, o segundo, que envolve projetos iniciados entre 1963 e 1971.³

Entre os anos de 1956 e 1959, o CBPE iniciou o desenvolvimento de projetos que se propunham a abordar especificamente a questão dos métodos de ensino e recursos didáticos a partir de quatro enfoques distintos: a elaboração dos chamados “livros-fonte” para professores; a crítica aos livros didáticos e de leitura; os recursos educativos de instituições extra-escolares; e, as inovações metodológicas que estavam sendo empregadas na escola secundária.

Dois livros-fonte publicados pelo INEP durante o período de funcionamento do CBPE resultaram de projetos financiados por esta instituição, foram eles: “O Brasil no Pensamento Brasileiro” (1957) e “Teoria e Prática da Escola Elementar: introdução ao estudo social do ensino primário” (1960). O primeiro deles originou-se do projeto “Organização de um livro-fonte sobre a civilização brasileira” e apresentava uma antologia de textos sobre “problemas básicos da nacionalidade” organizada pelo professor Djacyr Meneses (Universidade do Brasil). Este projeto sugeria a elaboração de um trabalho que servisse de “ponto de partida seguro para pensar sobre os problemas brasileiros” (CBPE, 1956b, p. 72), contendo “indicações para emprego do livro em trabalhos de classe, debates e seminários de estudo” (CBPE, 1956c, s/p). O segundo trabalho resultou do projeto “Estudo geral do pensamento e da orientação da administração educacional no Brasil” organizado por João Roberto Moreira, Técnico do INEP e Diretor Executivo do CBPE. Seu propósito era realizar o “levantamento da filosofia educacional realmente operante no

Brasil”, através do estudo “da perda de estrutura e de funções, por parte da escola primária e das escolas de formação do magistério primário” e da “da crescente pressão popular por oportunidades educativas que, ao que parece, tem levado à progressiva improvisação de instituições escolares e ao não planejamento econômico e financeiro relativo às realizações educacionais” (CBPE, 1956b, p. 75). A idéia que inspirava a realização de tais projetos de elaboração de livros-fonte era a de elaboração de materiais que pudessem ser utilizados não como manuais, mas como “guias para professores” (CBPE, 1956b, p. 72), para que eles tivessem acesso a informações atualizadas sobre os debates que movimentavam os meios educacionais à época.⁴

O CBPE, logo no início de suas atividades, promoveu a realização de dois projetos voltados à crítica do conteúdo de livros didáticos que estavam sendo empregados em escolas primárias e secundárias brasileiras. Um deles, elaborado pelo pesquisador Guy de Hollanda, resultou na publicação do livro “*Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*”, publicado em 1957; e, o outro, elaborado por Waldemiro Bazzanella, gerou o artigo intitulado “Valores e estereótipos em livros de leitura”, publicado pela revista *Educação e Ciências Sociais* (v. 2, n. 4), em março de 1957. Através destes dois projetos, os pesquisadores procuravam identificar os estereótipos presentes nas obras analisadas – livros didáticos de história e livros de leitura –, procurando interpretá-los sob o ponto de vista de sua importância e influência sobre a formação das mentalidades e atitudes dos alunos que freqüentavam as escolas primárias e secundárias no país (CBPE, 1956c, s/p.).

O pesquisador Guy de Hollanda também foi o responsável pela realização de uma pesquisa sobre as relações entre a cultura transmitida pelos museus e o trabalho didático nas escolas, que resultou no livro “*Recursos educativos dos museus brasileiros*”, de 1958, publicado pelo INEP/CBPE em parceria com a organização nacional do *International Council of Museums*.

O último projeto que integra este conjunto inicial de pesquisas elaboradas no CBPE foi intitulado “Classes secundárias experimentais no Brasil”, elaborado por Jayme Abreu e Nádia Franco da Cunha. Em 1963, estes pesquisadores publicaram na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (v. 40, n. 91) o artigo “Classes Secundárias Experimentais: balanço de uma experiência”, no qual apresentam os resultados das investigações realizadas em 34 estabelecimentos públicos e particulares de ensino localizados em seis estados brasileiros, procurando discutir como os ginásios e colégios reagiram às possibilidades de inovações curriculares e didáticas (CBPE, 1960, s/p.).

Segundo período de proposição de projetos sobre métodos de ensino e recursos didáticos do CBPE se iniciou entre os anos de 1963 e 1964, com dois projetos que discutiam práticas docentes, um sobre as dificuldades dos professores primários que estavam iniciando na profissão e outro sobre recursos utilizados por professores experientes e destacados. Estes dois projetos, no entanto, foram concluídos apenas no início dos anos setenta, gerando as seguintes publicações: *Dificuldades do professor primário recém-formado em classes do primeiro ano* e *Métodos, atitudes e recursos de ensino de professores primários da Guanabara*, ambas de 1971. Os projetos visavam, por um lado, identificar professores bem sucedidos para deles obter colaboração para projetos relativos a campo de estágio e a estudos e pesquisas (CBPE, 1964, s/p.) e, por outro, propor medidas para superar as dificuldades enfrentadas pelos professores iniciantes que trabalhavam em classes de primeiro ano primário (CBPE, 1963, s/p.).

No início dos anos setenta, o CBPE ainda promoveria mais três projetos específicos sobre os problemas do primeiro ano primário, considerado como “ponto de estrangulamento” do sistema educacional brasileiro. Estes projetos identificavam que ao

menos uma parte dos problemas enfrentados pelas classes de alfabetização era decorrente “do emprego de métodos e recursos de ensino pouco satisfatórios” (CBPE, 1963, s/p.), cabendo aos pesquisadores efetuar a comparação entre o “método de setencição livre” e o “método misto”, tendo em vista a seleção de um método realmente eficaz para o ensino de leitura (CBPE, 1970, s/p.). Em 1974, o CBPE publicou, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o livro *Fatores que influem no ensino da leitura e da ortografia na escola fundamental: 1.ª série*.

Considerando todos os projetos sobre métodos de ensino e recursos didáticos promovidos pelo CBPE ao longo de todo o seu período de funcionamento, é possível verificar uma diferenciação fundamental entre os projetos iniciados durante os anos cinquenta e os projetos desenvolvidos nas décadas seguintes. Os projetos iniciados nos primeiros anos de funcionamento do CBPE não se pautavam por uma concepção estritamente técnica do ensino, preocupando-se com a cultura geral dos professores, com a crítica às obras didáticas, com os recursos educativos de instituições culturais e com as reações observadas nas escolas às inovações metodológicas. Esta caracterização se torna mais nítida, quando comparada com a produção sobre metodologia de ensino do CBPE publicada nos anos setenta, eminentemente voltada a aspectos técnicos do ensino, como as dificuldades enfrentadas por professores e alunos do primeiro ano primário.

4.2. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE/MG)

Situação bastante diferente da encontrada no CBPE em relação aos projetos de pesquisa sobre métodos de ensino e recursos didáticos pode ser encontrada no Centro Regional de Minas Gerais (CRPE/MG), que, durante todo o seu funcionamento, privilegiou o estudo de aspectos exclusivamente técnicos do ensino.

O CRPE/MG foi o que mais produziu projetos de pesquisa sobre métodos de ensino e recursos didáticos, chegando a ser lembrado por Anísio Teixeira como o órgão que, articulado com a Secretaria de Educação do Estado e com o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), teria se tornado “o centro de maior projeção nos estudos relativos à didática da escola primária” (Teixeira, 1967, p. 250).

O PABAE foi criado por convênio celebrado entre o Ministério da Educação, o governo de Minas Gerais e a USOM-B (United States Operation Mission to Brazil) em 22 de junho de 1956, dentro dos termos do Acordo Geral de Cooperação Técnica, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em dezembro de 1950. Conhecido pela *perspectiva tecnicista* que pautava sua atuação, o PABAE foi caracterizado da seguinte maneira pela pesquisadora Eleny Mitrulis:

As idéias divulgadas pelo PABAE (...) eram fundadas no ideário da Escola Nova, com particular ênfase em metodologia, recurso didático de apoio e técnicas de planejamento curricular. Mais do que progressivistas, as orientações do PABAE apresentavam um cunho técnico acentuado. As idéias de educação renovada de Dewey, com ênfase tanto em crescimento individual como em progresso social, tendo na educação a resposta aos problemas sociais e econômicos colocados pelo processo de urbanização e industrialização, largamente difundidas por Anísio Teixeira, ficavam esmaecidas na opção por uma análise do fenômeno educativo marcadamente psicológica e na apresentação de soluções técnicas. (Mitrulis, 1993, p. 154)

A perspectiva tecnicista, portanto, mesmo sendo bem recebida no CRPE/MG, adotava uma concepção de ensino concorrente àquela que havia orientado o processo de criação desta instituição de pesquisas e de suas congêneres espalhadas pelo Brasil.

Edil Paiva e Lea Pinheiro Paixão, em um estudo sobre o PABAE, também destacam a concepção de ensino adotada por deste Programa:

A perspectiva tecnicista orientou toda a atuação do PABAE. Treinamento nas técnicas de ensino foi a palavra-chave nos acordos, nos textos da USOM-B, na orientação da preparação dos brasileiros nos EUA e no perfil de assistência ao ensino normal e primário contada no Centro-Piloto de Belo Horizonte. A produção de material didático era o suporte para este treinamento e seguia orientação tecnicista para facilitar a apropriação, pelos treinados, de métodos considerados mais modernos e mais eficientes na tarefa de ensinar os conteúdos básicos da Língua Pátria, da Aritmética, dos Estudos Sociais e das Ciências. (Paiva e Paixão, 2002, p. 154-155)

A proposta que orientava os trabalhos do PABAE era a de que a difusão de métodos adequados e modernos de ensino seria capaz de enfrentar os problemas da educação primária e da formação de professores para este nível de ensino, ou seja, “se a professora primária se apropriasse da correta forma de ensinar Língua Pátria, Aritmética e Estudos Sociais, os índices de evasão e repetência sofreriam redução” (Paiva e Paixão, 2002, p. 155).

Conforme pode ser verificado na tabela correspondente à produção de projetos sobre métodos de ensino no CRPE/MG, este Centro privilegiou a realização de estudos voltados aos problemas do ensino de linguagem e aritmética nos cursos primário e ginásial.

A maior parte destes estudos integrou um programa de investigação sobre a “linguagem na escola primária” coordenado por Mário Casasanta, que, a partir de 1957, exerceu diversos cargos inter-relacionados: a Direção do CRPE/MG, a direção de sua Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, a direção do Instituto de Educação de Minas Gerais e um dos cargos de direção técnica do PABAE, em Belo Horizonte.

Os vínculos deste programa de investigações com as atividades desenvolvidas no contexto do PABAE referiam-se à utilização dos resultados alcançados pelas pesquisas nele elaboradas para a introdução de modificações nos cursos de aperfeiçoamento dos professores primários que estava sendo oferecidos. Lúcia Monteiro Casasanta, que era professora do Instituto de Educação, pesquisadora do Centro e que também participou da fase inicial de execução do PABAE (Paiva e Paixão, 2002, p. 16), fez os seguintes comentários sobre o programa de pesquisas sobre linguagem:

Não são poucos os elementos que de tal estudo se podem colher para a organização de um programa mais funcional para as escolas normais. Imediatamente, deve ser ele aproveitado para promover o aperfeiçoamento do professorado em serviço, já que muitos erros decorrem da linguagem do meio e, por vezes, do próprio professor. (...) Saber quais as formas aconselháveis e quais as desaconselháveis é o passo inicial para uma reforma, e é precisamente isso o que nos oferece a pesquisa feita, que se impõe à nossa atenção por ter sido orientada por filólogos, por se basear em dados seguros e por abranger grupos distintos de crianças, facilitando o diagnóstico de certas particularidades (CRPE/MG, 1961, s/p.)

É significativa a ênfase presente nos estudos sobre métodos de ensino e recursos didáticos do CRPE/MG sobre os problemas enfrentados no ensino primário. Mesmo quando os projetos referiam-se ao curso ginásial, a proposta era discutir as dificuldades das candidatas aos Cursos de Formação de Professores Primários. Esta preocupação com a formação de professoras que atuariam futuramente no ensino primário pode ser percebida, por exemplo, no conteúdo do relatório final do projeto “Erros mais comuns de aritmética no curso ginásial”, de 1957, que foi elaborado a partir da análise de provas realizadas pelas candidatas ao Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação de Minas Gerais:

Esta pesquisa buscou avaliar a extensão dos conhecimentos de aritmética e noções de geometria que são realmente assimilados pelas alunas dos cursos ginásiais e representa a primeira fase de uma tarefa que deverá ser ampliada e aprofundada, de modo que permita a indagação das causas das deficiências que já se vão observando desde o início. Os primeiros dados foram obtidos por meio de uma prova escrita a que foram submetidas 174 candidatas à matrícula no 1.º ano do Curso de Formação de Professoras do Instituto de Educação de Minas Gerais, com a formulação de 10 questões simples de aritmética e geometria, que se enquadram nos limites do programa do curso primário; o exame dos resultados serviu de base a uma segunda prova destinada a verificar os conhecimentos da matéria entre as alunas do segundo ano ginásial e do terceiro; os resultados permitiram concluir que o cálculo aritmético tem sido mal assimilado pelas alunas que já se encontram na fase de estudo dos processos de ensino, como futuras professoras, não sendo concebível que possam aprender a ensinar aquilo que ainda não sabem (CRPE/MG, 1961b, s/p.).

Os resultados destes estudos sobre métodos de ensino e recursos didáticos realizados pelo CRPE/MG foram publicados em diversos números do *Boletim Informativo* editado pelo próprio Centro, entre janeiro/fevereiro de 1960 e julho/agosto de 1971.

Em 1964, quando se encerrou a participação americana direta na administração do PABAE, este programa passou a ser dirigido por Lyra Paixão, coordenadora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do CRPE/MG, transformando-se, a partir do ano seguinte, na Divisão de Aperfeiçoamento de Professores (DAP) daquela instituição. Ao longo dos anos sessenta, o CRPE/MG concentrou suas atividades no oferecimento de cursos de aperfeiçoamento de professores primários, restringindo significativamente a produção de pesquisas.

4.3. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP)

Assim como nos projetos do CBPE sobre métodos de ensino e recursos didáticos, também encontramos nos projetos sobre este tema promovidos pelo CRPE/SP a concorrência entre duas concepções: uma que privilegiava o lado técnico e outra o lado social do ensino. Sobretudo no período que se estende de 1958 a 1964, é possível identificar entre os projetos promovidos pelo CRPE/SP a ocorrência de estudos que se voltavam à análise de aspectos mais técnicos do ensino ao lado de projetos que privilegiavam a análise das repercussões sociais dos recursos didáticos que estavam sendo empregados nas escolas e das inovações que estavam sendo nelas introduzidas.

O projeto coordenado, a partir de 1958, pelo psicólogo social Dante Moreira Leite pode ser servir de exemplo da segunda perspectiva acima apontada. Seu propósito

principal era verificar se os textos dos livros de leitura empregados pelas escolas do estado de São Paulo realmente despertavam o interesse do aluno pela leitura e transmitiam-lhe um conhecimento da realidade social (CRPE/SP, 1958, s/p.). Os resultados alcançados por este projetos podem ser encontrados nos artigos intitulados “Análise de conteúdo dos livros de leitura” e “O brinquedo, a leitura e a criança” publicados, respectivamente nos números 2 (de jun./1958) e 4 (de jun./1960) da revista *Pesquisa e Planejamento*.

Outro projeto que procurava relacionar a educação e as ciências sociais para identificar possíveis soluções de problemas práticos do ensino foi proposto e desenvolvido pelos pesquisadores Haydée Roveratti e José Fábio Barbosa da Silva, resultando na elaboração do artigo intitulado “Experiências de técnicas modernas numa escola tradicional”, publicado no número 4 da revista *Pesquisa e Planejamento* (jun./1960). Através desta pesquisa, os autores chegaram à conclusão de que, na escola analisada, as atividades extracurriculares apenas se acrescentaram às atividades tradicionalmente desenvolvidas pela escola, sem que fossem integradas funcionalmente ao conjunto das atividades de ensino. Com isso, as atividades extracurriculares, apesar de adotadas, não preenchiam suas finalidades, ou seja, não contribuíam para a educação integral do jovem, nem colaboravam para a união da transmissão sistemática e assistemática de cultura (Roveratti e Silva, 1960, p. 36-44).

O sociólogo Celso de Rui Beisiegel foi o responsável pela realização de uma análise sobre a introdução de uma nova concepção de ensino no processo de alfabetização de adultos. Em 1964, ele realizou no CRPE/SP uma pesquisa que procurava avaliar o emprego do método Paulo Freire de alfabetização de adultos numa escola localizada em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. No artigo intitulado “Uma campanha de alfabetização de adultos no Brasil”, publicado no número 9 da revista *Pesquisa e Planejamento* (jun./1965), o autor afirma que a inovação proposta pelo método Paulo Freire consistia em relacionar a alfabetização com a situação de vida do alfabetizando, gerando discussões que, inevitavelmente, “abordariam experiências de vida que refletem as tensões sociais geradas nas formas capitalistas ou pré-capitalistas de exploração da força de trabalho” (Beisiegel, 1965, p. 39). Esta característica inovadora do método Paulo Freire é apontada pelo autor como propícia à inclusão do processo de alfabetização de adultos em um campo de ação até então não explorado: o de ajustamento ou posicionamento crítico dos grupos em relação às transformações que estavam acompanhando a consolidação da ordem social capitalista no país.

A perspectiva concorrente às anunciadas pelos projetos acima referidos pode ser encontrada, por exemplo, nos projetos de pesquisas do CRPE/SP que propunham a adoção da chamada “instrução programada” ou “ensino automático” como método de ensino, sugeridos por Rodolpho Azzi, em 1961, e no projeto, de 1968, que descrevia os recursos audiovisuais existentes nas escolas de nível secundário no município de São Paulo.

4.4. Os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia (CRPE/PE, CRPE/RS, CRPE/BA).

Os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia propuseram, ao longo de todo o seu período de funcionamento, uma pequena quantidade de projetos de pesquisa relativos aos métodos de ensino e recursos didáticos. Em sua produção, contudo, também podem ser encontrados exemplos de projetos que partiam de concepções distintas de ensino.

Em Pernambuco, foi desenvolvido, no início dos anos setenta, tanto um projeto que procurava corrigir os problemas relacionados ao ensino de matemática no curso primário para “aumentar a produtividade do sistema com vistas à implantação da Educação Fundamental” (CRPE/PE, 1971, s/p.), como um projeto de recuperação de alunos que procurava intervir no funcionamento da Escola Primária Experimental do Centro, distribuindo os alunos em turmas “inter-classes” de acordo com o seu nível de leitura e garantindo a possibilidade dos alunos interagirem entre si, de forma a tornar menos discrepante a situação de ensino (Peres e Lima, 1973).

No CRPE/BA, um estudo que procurava comparar o desenvolvimento educacional dos ex-alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e das demais escolas primárias públicas de Salvador chegou à conclusão de que, para além dos métodos de ensino empregados, “o nível sócio-econômico dos alunos interferiu nos resultados encontrados” (CRPE/BA, 1966, s/p.), contrariando a hipótese inicial do trabalho, segundo a qual o desenvolvimento educacional dos ex-alunos do CECR seria superior ao encontrado nas demais escolas primárias públicas.

No Rio Grande do Sul, todos os projetos sobre métodos de ensino e recursos didáticos parecem ter se orientado por uma concepção técnica do ensino. No CRPE/RS as questões analisadas se aproximam bastante daquelas estudadas no CRPE/MG, referindo-se, por exemplo, aos problemas ortográficos apresentados pelos alunos; à eficiência do processo ensino-aprendizagem; à influência do comportamento verbal do professor sobre a aprendizagem dos alunos. Mesmo o projeto que sugeria uma análise dos livros de leitura que estavam sendo empregados pelas escolas primárias tinha por objetivo encontrar subsídios à organização de “unidades didáticas” (CRPE/RS, 1957, s/p.), metodologia inspirada no Plano Morrinson, que estava sendo divulgada pelo PABAE (Mitrulis, 1993, p. 163).

5. Discutindo os projetos de pesquisa sobre métodos de ensino e recursos didáticos à luz das políticas públicas para educação do governo federal

As informações apresentadas no item anterior sobre algumas das principais características dos projetos de pesquisa sobre métodos de ensino e recursos didáticos promovidos pelos Centros de Pesquisas do INEP, durante todo o seu período de funcionamento, abrem a possibilidade de discussão das relações que podem ser estabelecidas entre as orientações apresentadas por estes projetos e as concepções de ensino presentes nas políticas educacionais implementadas pelo governo federal entre os anos cinquenta e setenta.

No primeiro ano do governo Kubitschek, o ministro Clóvis Salgado da Gama anunciou o plano do Ministério da Educação para ampliar o curso primário em mais dois anos, nas cidades com população acima de dez mil habitantes. Conforme o ministro, estes dois anos complementares se destinariam ao desenvolvimento de atividades relacionadas aos interesses econômicos das regiões nas quais as escolas estavam instaladas, assumindo, portanto, o “caráter de primeira preparação para a vida prática” (Salgado da Gama, 1956, p. 202). Tal plano havia sido elaborado pelo INEP, baseando-se em dados obtidos pelo IBGE e pelo recém-instalado CBPE, e recomendava a difusão do ensino primário nas regiões mais carentes do país e sua melhoria nas regiões mais desenvolvidas (INEP, 1956, p. 209), tendo em vista tanto suprir as carências na oferta de ensino primário – mais acentuadas na região Nordeste –, como superar, nos centros urbanos, o chamado “hiato nocivo”, que correspondia ao período de tempo entre a idade presumida para a conclusão

do curso primário, 12 anos, e o ingresso no mundo do trabalho, legalmente permitido apenas aos maiores de 14 anos de idade (INEP, 1956, p. 209-210).

Este plano elaborado pelo INEP expressava um novo conceito de ensino primário que, desde o final da segunda Guerra Mundial, ganhava adeptos nos meios políticos e educacionais em todo o mundo. Tanto na “Conferência Latino-Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória” promovida pela UNESCO em Lima/Peru, nos meses de abril e maio de 1956 (UNESCO, 1956), como no “I Congresso Estadual de Educação Primária” realizado em Ribeirão Preto/SP, em setembro de 1956 (Teixeira, 1956), afirmava-se a necessidade de reformulação de conteúdos, métodos, instrumentos de avaliação e organização da escola primária de forma que ela se tornasse uma escola não-seletiva, que promovesse a universalização deste nível de ensino sob uma perspectiva democrática e modernizada.

Inserido neste contexto de idéias e debates, os Centros de Pesquisas do INEP iniciaram suas atividades orientados pelo propósito de realizar a integração entre pesquisas sociais e educacionais, cujos resultados contribuíssem para a elaboração de novas políticas educacionais capazes de introduzir mudanças tanto na estrutura e organização dos sistemas de ensino, como em seus conteúdos curriculares e métodos de ensino. Sob tal orientação, podemos observar, no que se refere, especificamente, à realização de pesquisas sobre metodologias de ensino e recursos didáticos nos Centros, a promoção de projetos que criticavam os métodos em uso e as inovações metodológicas, procurando entender estas últimas à luz das relações por elas estabelecidas com as condições sociais, políticas e econômicas do meio em que a escola funcionava.

Concomitantemente a este movimento de idéias, outra concepção de ensino também começou a cooptar adeptos nos meios educacionais brasileiros na segunda metade dos anos cinquenta. Como vimos, o PABAE foi instalado em Minas Gerais em junho de 1956, fortalecendo a idéia de que as mudanças a serem introduzidas no ensino primário deveriam se concentrar nos problemas de métodos de ensino e de elaboração de material didático, tomados de forma independente da organização dos sistemas de ensino e das condições sociais em que tais sistemas funcionavam. Conforme análise elaborada por Eleny Mitrulis:

Análises elaboradas por técnicos competentes com base em levantamentos efetuados sobre a situação do Ensino Primário brasileiro e paulista assestam lanças contra o formalismo dos programas, o abuso da memória, o adiestramento como preparação para os exames, e apontam como solução a necessidade de substituir o processo obsoleto de ensino por técnicas mais modernas, como por exemplo, a introdução de recursos audiovisuais, mapas, cartazes, vídeos, projetores, inovações estas a serem experimentadas em situações especiais, antes de sua extensão à rede de ensino geral. // Conquanto pertinentes, as análises, o encaminhamento das soluções reforçavam a tendência prevalente à época de priorizar mudanças metodológicas como alívio às mazelas do Ensino Primário: medida cautelosa que mantinha intactas a estrutura e a organização do sistema primário vigente. (Mitrulis, 1993, p. 107)

No bojo desta concepção técnica do ensino, não apenas o CRPE/MG começou a elaborar diversos projetos sobre métodos de ensino de linguagem e aritmética na escola primária ainda na segunda metade dos anos cinquenta, como os demais Centros também o fizeram, seja nos primeiros anos de suas atividades, seja ao longo dos anos sessenta e setenta.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1961, dava suporte às inovações pretendidas tanto pelos defensores da concepção técnica do ensino como pelos que enfatizavam o lado social do problema. Em seu Artigo 30, a LDBEN/1961 atribuía aos sistemas de ensino estaduais a tarefa de organizar o ensino primário e médio, atendendo tanto “à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo em vista as peculiaridades da região e grupos sociais” como “ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos” (Lei 4.024, de 20/12/1961).

O governo presidencialista de João Goulart acenaria com uma grande inovação em termos metodológicos no campo da educação de jovens e adultos. Vimos que, durante o período Kubitschek, o governo federal promoveu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), à qual os Centros do INEP estiveram vinculados, promovendo a realização dos projetos que integraram o “Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório”. O governo Goulart, por sua vez, implementou, em 1962, o Programa de Emergência do Ministério da Educação, que contou com a participação do movimento estudantil – através da “Comissão de Alfabetização da União Nacional dos Estudantes” – e apoiou diversas iniciativas que adotavam o método de alfabetização desenvolvido pelo professor Paulo Freire. Segundo Celso Beisiegel, o método elaborado por Paulo Freire parecia responder, naquele momento, tanto às expectativas dos grupos no poder no governo federal como aos objetivos fixados pelo movimento estudantil na área da educação (Beisiegel, 2004, p. 176), uma vez que, ao relacionar a alfabetização com as experiências de vida do adulto analfabeto, o método necessariamente colocava em discussão as tensões sociais existentes na sociedade capitalista, abrindo possibilidades para ser assimilado pelo Programa de Emergência do governo mais por suas virtualidades enquanto meio de mobilização do que enquanto expressão de um conjunto articulado de idéias educacionais (Beisiegel, 2004, p. 179).

Em junho de 1963, Paulo Freire começou a coordenar as atividades do Ministério da Educação e Cultura no campo da “cultura popular” e da alfabetização de adultos, presidindo a “Comissão de Cultura Popular”, cujo objetivo era implantar novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, em âmbito nacional, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da Educação (Portaria n. 195, de 16/07/1963 *apud* Beisiegel, 2004, p. 180). No início do ano seguinte, o Ministério da Educação de Cultura instituiria o Programa Nacional de Alfabetização, que determinava a utilização do método Paulo Freire em seus trabalhos. Segundo Celso Beisiegel, este foi um momento em que o Ministério da Educação e o movimento estudantil se identificaram: “o Ministério atuava sobretudo mediante a mobilização de estudantes universitários e estes, por sua vez, encontravam na administração a legitimação, o incentivo e os recursos necessários ao desenvolvimento de seus programas de atividades” (Beisiegel, 2004, p. 181).

Em 14 de abril de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização foi extinto, sob a alegação de seu caráter excessivamente dispendioso e subversivo. Nesta época, o CRPE/SP ainda promoveria a realização de estudos voltados à avaliação de experiências de utilização do método Paulo Freire.

Dentre os governos militares que se sucederam ao golpe de 1964, o governo Costa e Silva, através de sua “Operação-Escola”, e o governo Médici, com a “Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus”, provocariam alterações significativas nos métodos de ensino empregados nas escolas primárias brasileiras.

A chamada “Operação Escola”, cujo objetivo era assegurar o cumprimento da obrigatoriedade escolar estabelecida pela Constituição de 1967 para a população de 7 a 14 anos, nas capitais e grandes centros urbanos do país, foi um dos Programas Prioritários

Especiais que integraram o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), elaborado pelo governo Costa e Silva para o triênio 1968-1970 (Foina, 1982, p. 21-22). Na execução deste programa, coube ao INEP, assessorado pelo Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), “planejar e deflagrar a ‘Operação’ segundo o que havia sido pré-definido pelo Ministério do Planejamento” (Foina, 1979, p. 13). Tanto no INEP como no IPEA foram elaborados documentos com diagnósticos da situação do ensino primário e propostas de soluções que servissem de subsídios à implantação da “Operação Escola”. Lúcia Marques Pinheiro, diretora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do CBPE, juntamente com Nise Pires e Norma Cunha Osório, elaborou, em 1968, um desses documentos, intitulado “Subsídios para reformulação do ensino primário brasileiro”. Neste trabalho foi sugerida a elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro através da adoção de duas medidas: a expansão quantitativa dos sistemas escolares; e, o aumento da chamada “produtividade do ensino primário”, entendida como “um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas” (Pinheiro *et al.*, 1968, p. 270). As sugestões contidas neste documento apontavam para a necessidade de uma formação mais rápida, através da reformulação dos padrões de avaliação e de promoção – tornados mais flexíveis – de forma a acelerar o fluxo de crianças pela escola. A solução para o problema do atendimento do ensino primário brasileiro, portanto, ficava circunscrita exclusivamente a *aspectos internos ao funcionamento escolar*, não sendo consideradas as influências da estrutura social sobre sua consecução.

Entre 1969 e 1974 – período correspondente ao governo Médici e à gestão de Jarbas Passarinho no Ministério da Educação –, o Ministério do Planejamento divulgou um documento que, em meio à definição das metas globais de desenvolvimento econômico, delineava a política nacional de educação para a primeira metade da década de setenta: o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, de 1970. Este Programa definia as metas estratégicas setoriais, assim como os principais programas planejados para o início do governo Médici (Metas e Bases *apud* Moreira, 1989, p. 48). Nele, a prioridade era o aumento do número de vagas nos três níveis de ensino e na introdução de modificações na organização do sistema educacional, que, segundo seus idealizadores, proporcionaria o aumento da produtividade do sistema e sua maior integração (Metas e Bases *apud* Moreira, 1989, p. 131). O Programa de Metas e Bases previa as seguintes realizações: a implantação de um sistema de ensino fundamental, pela integração do curso primário com o ginásial, assim como a sua progressiva universalização; a reformulação do ensino técnico, e principalmente o ensino industrial, e criação de uma rede nacional de ginásios orientados para o trabalho; a expansão de programas de alfabetização e educação continuada de adultos; a consolidação da Reforma Universitária; e, a implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que havia sido criado em 1968 (Metas e Bases *apud* Moreira, 1989, p. 132). Dentre estas realizações previstas pelo “Metas e Bases”, as relativas ao ensino fundamental – resultante da integração dos cursos primário e ginásial – e relativas ao ensino voltado para o trabalho se consubstanciariam, em agosto de 1971, na Reforma do Ensino de 1.º e 2.º graus, que estabeleceu as normas legais para a implementação indistinta em todo o país do ensino de 1.º grau de oito anos e do ensino de 2.º grau profissionalizante.

Foi possível observar entre os projetos de pesquisas sobre métodos de ensino e recursos didáticos promovidos pelos Centros do INEP no final dos anos sessenta a preocupação – colocada pela implementação da “Operação-Escola” e da “Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus” pelo governo federal – em estudar, sobretudo, os problemas

relacionados ao “rendimento” e à “eficiência” do primeiro ano primário, tanto em relação às dificuldades encontradas por alunos como por professores das classes de alfabetização. Vimos, inclusive, a grande ênfase atribuída pela maioria destes estudos ao lado técnico do ensino, enquanto que a perspectiva social dos problemas educacionais foi discutida em poucos trabalhos.

6. Considerações Finais

Através deste estudo acerca dos projetos de pesquisas sobre métodos de ensino e recursos didáticos promovidos pelos Centros do INEP, ao longo de todo o seu período de funcionamento, foi possível identificar a existência de duas concepções de ensino em disputa no campo educacional brasileiro entre as décadas de cinquenta e sessenta.

No projeto original dos Centros de Pesquisas do INEP existia a ênfase no *lado social* do ensino, na medida em que se consideravam os problemas educacionais como intimamente relacionados aos problemas culturais, políticos e econômicos existentes no meio social em que a escola desenvolvia suas atividades. Esta concepção chegou a ganhar expressão, sobretudo, nos projetos de pesquisa desenvolvidos nos primeiros anos de atividades dos Centros, nos quais foram desenvolvidos diversos projetos voltados à análise de fatores extra-escolares que interferiam na organização dos sistemas escolares e, conseqüentemente, ao estudo das transformações que precisariam ser introduzidas nesta organização para que a escola, em todos os níveis de ensino, se adaptasse às exigências colocadas pelos processos de urbanização e industrialização em curso em diversos pontos do país naquela época. Foi possível observar que mesmo os projetos que se voltavam ao estudo de aspectos internos ao funcionamento da escola – como os estudos sobre métodos de ensino e recursos didáticos – apresentaram, neste primeiro período de funcionamento dos Centros, preocupações com a necessidade de compreensão das transformações culturais que estavam ocorrendo nas diversas regiões do país para realizar suas críticas aos métodos e recursos tradicionais de ensino e à forma como as novas metodologias estavam sendo introduzidas no cotidiano escolar.

Esta proposta que orientou a criação dos Centros e a elaboração de seus projetos de pesquisa na segunda metade dos anos cinquenta, no entanto, foi perdendo dinamismo no início da década seguinte, antes mesmo do golpe militar de 1964.

Se já é possível observar a influência das orientações do PABAEI neste primeiro período de atividades dos Centros – sobretudo na produção de pesquisas do CRPE/MG –, tais orientações se tornariam predominantes ao longo da década de sessenta, encontrando expressão não apenas nos projetos promovidos por todos os Centros de Pesquisas do INEP, como também nos conteúdos presentes nas políticas públicas para a área educacional implementadas pelo governo federal.

A ênfase no *lado técnico* do ensino expressava-se na idéia de que os modernos métodos de ensino e recursos didáticos seriam capazes de suprirem todas as deficiências apresentadas pela escola primária brasileira, sem a necessidade de consideração das particularidades apresentadas pelos diferentes meios sociais nos quais eles estariam sendo empregados. Tal orientação encontrou, no Brasil, grande receptividade nos meios educacionais, firmando-se como concepção hegemônica entre os anos sessenta e setenta.

Um dos fatores que podem ser considerados como determinantes do sucesso desta proposta é a possibilidade por ela anunciada no sentido de circunscrever as soluções dos problemas educacionais às questões puramente metodológicas, sem tratar explicitamente

dos problemas estruturais envolvidos na definição das finalidades e dos compromissos sociais que precisavam ser assumidos pela educação brasileira naquele momento histórico.

7. Referências Bibliográficas

- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular*. 1.^a reedição. Brasília, Líber Livro Editora, 2004.
- CBPE. Os Estudos e as Pesquisas Educacionais no Ministério da Educação e Cultura. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 05-60, mar./1956.
- . Noticiário. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar./1956b.
- . *Relatório de Atividades do CBPE de 1956*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, Coleção CBPE – Caixa 11, Maço 123, Pasta 1, 1956c.
- . Noticiário. *Boletim Informativo CBPE*, Rio de Janeiro, n. 15, out./1958.
- . *Relatório Sucinto de Atividades do CBPE de 1960*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, Coleção CBPE – Caixa 16, Maço 166, Pasta 1, 1960.
- . *Plano de Trabalho da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério – 1963*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, Coleção CBPE – Caixa 14, Maço 153, Pasta 1, 1963.
- . *Boletim Informativo Mensal*, Rio de Janeiro, n. 79, fev./1964.
- . *Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, n. 159-161, out.-dez./1970.
- CRPE/BA. *Relatório de Atividades da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CRPE-BA de 1966*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, Coleção CRPE/BA – Caixa 3, Maço 31, Pasta 1, 1966.
- CRPE/MG. *Boletim Informativo CRPE*. Belo Horizonte, n. 42, jan./1961.
- . *Relatório de Atividades do CRPE/MG de 1959 a 1961*. São Paulo, Centro de Memória da Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Acervo CRPE, 1961b.
- CRPE/PE. *Boletim Informativo do CBPE*, Recife, n. 170-171, set.-out./1971.
- CRPE/RS. *Relatório de Atividades do CRPE/RS de 1957*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, Coleção CRPE/RS – Caixa 2, Maço 22, Pasta 1, 1957.
- CRPE/SP. *Relatório de Atividades do CRPE/SP de 1958*. Brasília (DF), Arquivo Histórico do INEP, 1958.
- FERNANDES, Florestan. A Ciência Aplicada e a Educação como fatores de mudança cultural provocada. In: *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. 3.^a ed. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1976. p. 160-213.
- FERREIRA, Márcia dos Santos. *Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FOINA, Luciana de Mello Gomide. *Operação-Escola (Projeto Especial Prioritário do Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970): Análise interpretativa*.

- São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979.
- . Operação Escola: uma proposta governamental para erradicar a evasão no ensino primário. *Ande* (Revista da Associação Nacional de Educação), n. 3, p. 21-25, 1982.
- GOMES, Josildeth da Silva. A educação nos estudos de comunidades no Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 63-105, ago./1956.
- . A criança favelada e a escola pública. *Educação e Ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 45-60, ago./1959.
- INEP. Plano do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 206-213, jul.-set./1956.
- MITRULIS, Eleny. “Os Últimos Baluartes” – Uma contribuição ao estudo da Escola Primária: as práticas de Inspeção Escolar e de Supervisão Pedagógica. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- MOREIRA, Roberto. *Planejamento Educacional no Brasil* (documento de trabalho para a reunião técnica da OEA). São Paulo, OEA/Departamento de Assuntos Educacionais, 1989.
- PAIVA, Edil Vasconcellos e PAIXÃO, Léa Pinheiro. PABAE (1956-1964): a americanização do ensino no Brasil? Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- PEREIRA, Luiz. *O professor primário metropolitano*. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1963.
- PERES, Janise Pinto e LIMA, Maria Nayde dos Santos. Recuperação de alunos: tentativa de solução. *Cadernos Região e Educação*, Recife, n. 26, dez./1973.
- PINHEIRO, Lúcia Marques, PIRES, Nise e OSÓRIO, Norma Cunha. Operação-Escola: subsídios para reformulação do ensino primário brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 112, p. 270-284, out.-dez./1968.
- RIBEIRO, Darcy. O programa de pesquisas em cidades-laboratório. *Educação e Ciências Sociais*, v. 3, n. 9, p. 13-30, dez./1958.
- ROVERATTI, Haydée e SILVA, José Fábio Barbosa. Experiência de técnicas modernas numa escola tradicional. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 4, p. 36-44, jun.1960.
- SALGADO DA GAMA, Clóvis. Entrevista coletiva concedida pelo Exm.º Sr. Dr. Clóvis Salgado à imprensa, em 20 de junho de 1960. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 202-206, jul.-set./1956.
- TEIXEIRA, Anísio. Discurso de Posse do Professor Anísio Teixeira no INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr.-jun./1952.
- . A escola pública, universal e gratuita. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 26, n. 64, p. 03-27, out.-dez./1956.

———. Ciência e Arte de Educar. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n. 1, p. 67-85, jun.1957.

———. A Escola Parque da Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, p. 246-253, abr.-jun./1967.

UNESCO. Conferência Regional Latino-Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, jul.-set./1956.

8. Tabelas

Projetos de Pesquisas – Métodos de Ensino e Recursos Didáticos

Centro	Início	Título do Projeto	Pesquisador
CBPE	1956	Organização de um livro-fonte sobre a civilização brasileira	Djacyr Meneses
	1956	Livro-fonte: Estudo geral do pensamento e da orientação da administração educacional no Brasil	João Roberto Moreira
	1956	Pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de História destinados ao curso secundário brasileiro	Guy de Hollanda
	1956	Valores e estereótipos em livros de leitura	Waldemiro Bazzanella
	1957	Recursos educativos dos museus	Guy de Hollanda
	1959	Classes secundárias experimentais no Brasil	Jayme Abreu e Nádía Franco da Cunha
	1963	Estudo sobre as dificuldades do professor primário que se inicia na profissão	DAM (Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério)
	1964	Atitudes, métodos e recursos de ensino de professores públicos destacados na Guanabara	DAM
	1970	Estudo comparativo sobre métodos de ensino de leitura do primeiro ano primário	DAM
	1971	Dificuldades dos alunos do primeiro ano primário em leitura	DAM
	1971	Dificuldade dos alunos do primeiro ano primário em matemática	DAM

CRPE/MG	1957	Levantamento da linguagem infantil em Belo Horizonte	Mário Casasanta (coord.)
	1957	Educação e língua	Alaíde Lisboa Oliveira
	1957	Erros mais comuns da linguagem no curso ginásial	Aires da Mata Machado Filho
	1957	A expressão estética nas escolas mineiras (revelada por meio da linguagem)	Maria da Glória Rezende, Terezinha Avendanho e Marília Bambirra
	1957	Os erros mais comuns de aritmética no curso ginásial	Edgar Renault Coelho
	1957	Análise de 300 obras de literatura infantil	DEPE
	1958	Como brincam as crianças mineiras	Maria Amorim Ferrara (coord.)
	1960	Os erros mais comuns de aritmética do curso primário	Edgar Renault Coelho
	1960	Execução do programa de aritmética e noções de geometria nas escolas primárias de Belo Horizonte	DEPE (Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais)
	1960	Problemas e dificuldades das professoras primárias em Belo Horizonte	José Nilo Tavares (coord.)
	1962	Pesquisa de dificuldades ortográficas através do ditado de um texto	Eliseta Oliveira
	1962	Dificuldades de pronúncia inglesa	Abgar Renault
	1964	Pesquisa em duas cartilhas	Elzi Campos e Maria do Socorro Souza
	1966	Gramática funcional na 3. ^a série	Maria Tereza Magalhães

CRPE/SP	1958	Análise de conteúdo dos livros de leitura	Dante Moreira Leite (coord.)
	1958	O papel das atividades extracurriculares no rendimento escolar	Haydée Roveratti e José Fábio Barbosa da Silva
	1961	Investigação preliminar sobre a possibilidade de introdução do ensino automático na escola brasileira: a aprendizagem programada e máquinas de ensinar	Rodolpho Azzi
	1961	Comparação entre modos de resposta na instrução programada	Rodolpho Azzi e Álvaro Marchi
	1961	O professor em relação às inovações no campo da educação	Maria do Carmo Guedes e Haydée Roveratti
	1964	Processo de avaliação do método Paulo Freire, do curso de alfabetização de Osasco (SP)	Celso de Rui Beisiegel
	1966	O esforço de renovação do ensino primário de São Paulo	Aiko Osasa, Maria da Glória Resende, Maria Dulce Bastos e Maria Cecília Nunes
	1968	Posição atual dos recursos audiovisuais no ensino secundário do Município de São Paulo	Maria Aparecida Santos
	1969	Plano de avaliação de mérito de professores primários	DEPES (Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais)

CRPE/RS	1957	O ensino de matemática	Margarida Sirângelo
	1957	Plano de diagnose educacional aplicada à ortografia	Ruth Mendes Prates
	1957	Análise de livros de leitura	Luiza Albuquerque e Suelly Krüeger
	1957	Estudo e elaboração de manuais de ensino e material didático	Eloah Ribeiro Kunz (coord.)
	1968	Influências do comportamento verbal do professor no crescimento do aluno	Euza Maria Bonamigo
	1970	Controle e eficiência do processo ensino-aprendizagem	Flávia Maria Sant'Anna

CRPE/PE	1965	O ensino de línguas estrangeiras na escola primária	Janise Pinto Peres
	1971	O ensino de matemática na escola primária do Recife	Maria Nayde Santos Lima, Myriam Vasconcelos
	1973	Recuperação de alunos: tentativa de solução	Janise Pinto Peres e Maria Nayde Santos Lima
	1973	Situação da Orientação Educacional em Pernambuco	Janise Pinto Peres
CRPE/BA	1965	Estudo comparativo do desenvolvimento educacional entre ex-alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e das demais escolas publicas comuns	Maria Jorgiza Mello

Fonte: Ferreira, 2006.

¹ Trabalho apresentado na VII Jornada do HISTEDBR, realizada em Campo Grande (MS), de 17 a 19 de setembro de 2007.

² Maiores detalhes sobre a distribuição temática dos projetos de pesquisas promovidos pelos Centros de pesquisas do INEP podem ser encontrados em Ferreira (2006).

³ As tabelas apresentadas ao final do texto apresentam os títulos dos projetos dedicados ao estudo de métodos de ensino e recursos didáticos promovidos por cada um dos Centros de Pesquisas do INEP ao longo de todo o seu período de funcionamento.

⁴ Outros dois livros-fonte publicados pelo INEP/CBPE resultaram de reedições: “O que se deve ler para conhecer o Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (1960) e “Panorama sociológico do Brasil”, de Carneiro Leão (1958).

Artigo recebido em: 01/09/2007

Aprovado para publicação em: 25/03/2008